

Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (2)

Rua Capitão Armando Pinto Correia

Rua existente na freguesia do Estreito, mais precisamente no seu centro, por detrás da Igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, estendendo-se desde a rua da Igreja, ao nível da sua união com a rua Dr. António Vitorino de Castro Jorge, até à rua Fundação D. Jacinta de Ornelas.

Primitivamente conhecido por caminho da Azinhaga passou por deliberação camarária de 25 de Junho de 1952, a denominar-se de Rua Capitão Armando Pinto Correia, sendo a 28 de Setembro de 1952, num acto de grande solenidade, colocadas as respectivas placas toponímicas.

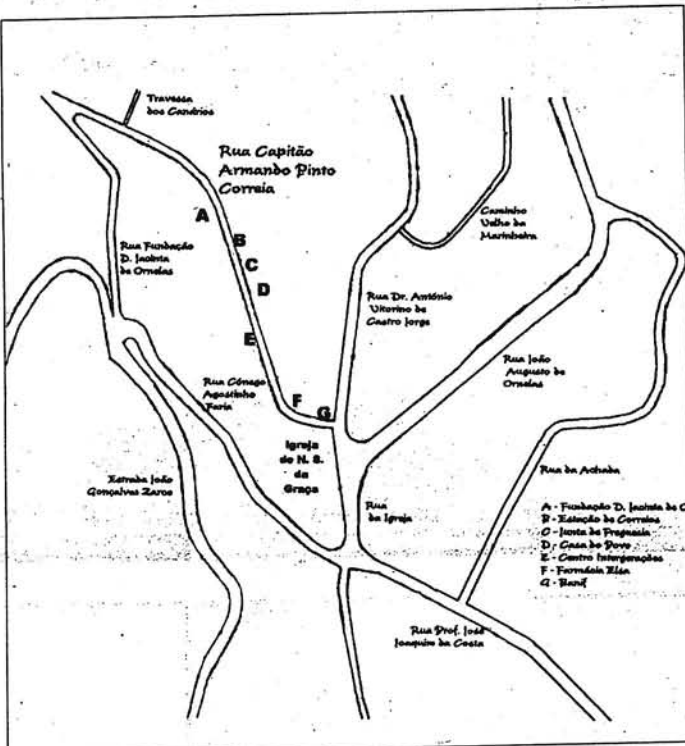
Os pontos relevantes da rua

Nesta rua encontram-se sitiados a estação dos Correios e Telecomunicações, cujas instalações foram inauguradas a 2 de Julho de 1988; o edifício da Junta de Freguesia e Casa do Povo do Estreito inaugurado no dia 14 de Maio de 1996; a sede da Fundação D. Jacinta de Ornelas; a farmácia Elsa, cujo alvará data de 4 de Dezembro de 1957 e o Centro Inter-gerações, isto naturalmente para além de vários estabelecimentos comerciais. Junto ao cruzamento com a rua da Igreja no prédio

onde desde 28 de Abril de 1984 funciona o Banif, existiu uma mercearia denominada de Transvaal, que no dia 18 de Junho de 1929 serviu de sede para a instalação do primeiro telefone na freguesia do Estreito.

Estiveram também sitiados na rua Capitão Armando Pinto Correia, uma das escolas masculinas da freguesia, desactivada no início dos anos 80 e ainda, desde 10 de Setembro de 1984 até Março de 1995, altura em que foram transferidos para o edifício sede do Grupo Desportivo do Estreito, os serviços locais da Direcção Regional de Segurança Social. Foram, aliás nestas instalações deixadas devolutas mas pertença, por contrato de arrendamento, desta Direcção Regional, que no dia 10 de Outubro de 1996 se instalou o Centro Inter-gerações, um projecto da Escola Preparatória e Secundária do Estreito criado no ano anterior no âmbito das actividades de complemento curricular, com o objectivo de fomentar uma troca de saberes e experiências entre jovens e idosos.

Durante alguns anos, antes da sua transferência para a actual rua João Augusto de Ornelas, funcionou ainda neste arruamento num espaço cedido



Rua Capitão Armando Pinto Correia e suas confrontações

pela Fundação D. Jacinta de Ornelas, o Centro de Saúde, na altura denominado, de Dispensário Materno-Infantil.

A sede da Junta e da Casa do Povo
Relativamente ao edifício da sede da Junta de Fre-

guesia e Casa do Povo, concebido segundo um projecto do arquitecto Ricardo Ferreira e construído pelo Governo Regional haverá a destacar, que o terreno onde se encontra implantado resultou de uma permuta com outro situado próximo e cedido

à Câmara Municipal pelos herdeiros de António Prôcoro de Macedo, como exigência desta, afim de que o processo de loteamento de uma parte da sua propriedade anexa à rua do Capitão Armando Pinto Correia pudesse ser aprovado. Com efeito,

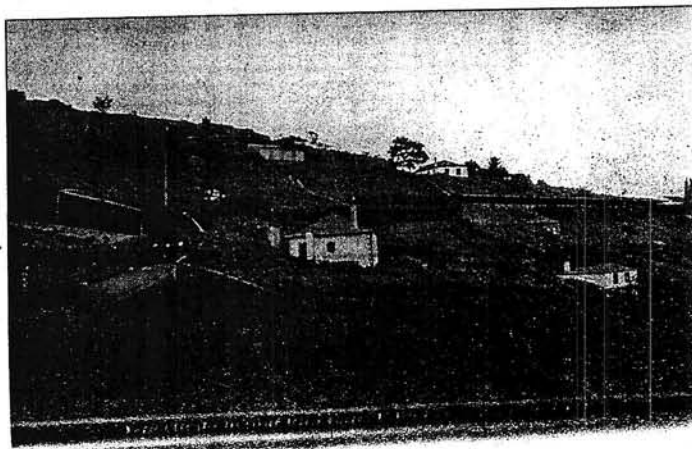
segundo, a acta da sessão camarária de 6 de Abril de 1989, esta cedência efectuada à Câmara Municipal não era mais do que a área correspondente ao afastamento obrigatório que qualquer construção junto de vias municipais teria de fazer. Posteriormente a Câmara, na sua sessão de 25 de Janeiro de 1990, aceita uma proposta de permuta desta fracção de terreno com outra do mesmo loteamento, pertencente a José Adelino Gonçalves e onde acaba por ser construído o edifício da Junta e Casa do Povo.

Antes da actual localização, a Junta de Freguesia havia estado situada, desde a sua criação, após as eleições autárquicas de 1976, num prédio situado no cruzamento da rua Prof. José Joaquim da Costa com a rua da Achada em instalações antes ocupadas por um denominado Centro Cultural e Recreativo do Estreito, enquanto que a Casa do Povo criada a 26 de Fevereiro de 1970 havia passado por uma sede no sítio da Ribeira da Caixa, à margem da estrada Regional, inaugurada a 28 de Maio do mesmo ano, depois pela antiga residência do Barão de Ornelas e, a partir de Dezembro de 1990, altura em que é reactivada, por uma sala no mesmo prédio então ocupado pela Junta de Freguesia.

Fundação D. Jacinta de Ornelas
Relativamente à funda-

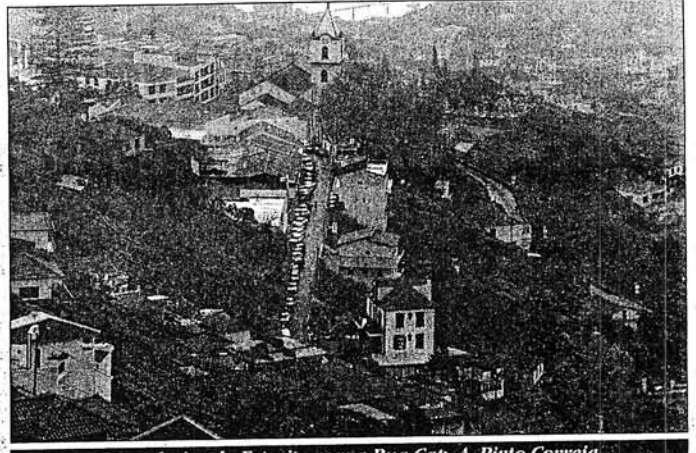


28 de Setembro de 1952. Cerimónia de colocação das placas toponímicas.





Rua Cap. A. Pinto Correia antes do alargamento, em 1938



Panorâmica do Estreito com a Rua Cap. A. Pinto Correia

ção D. Jacinta de Ornelas Pereira haverá a destacar que foi criada por testamento de 5 de Março de 1949, pelo Dr. António Pereira dos Reis, em memória de sua mãe, natural do Estreito de Câmara de Lobos. Nesta fundação funciona desde 1985 um Centro de Actividades de Tempos Livres e desde 25 de Setembro de 1990 um Jardim de Infância. A sua sede situada nesta rua foi adquirida em 29 de Abril de 1970 e era na altura da sua construção, ocorrida nos anos de 1926/1927, um dos mais sumptuosos prédios da freguesia, só encontrando paralelo, na casa da Quinta do Jardim da Serra, que neste aspecto, não tem igual e na casa da Quinta do Estreito.

A elevação a vila passou por esta rua

Como curiosidade refira-se ainda que esta rua foi o berço onde nasceu a elevação da freguesia do Estreito à categoria de vila. Com efeito, no dia 4 de Agosto de 1993, por ocasião da inauguração das

obras de lançamento de esgotos e sua repavimentação, Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional, no seu discurso alusivo ao acto, ao se referir ao Estreito chamou-o de vila, para posteriormente desafiar os deputados do seu partido a elaborarem e a apresentarem na Assembleia Regional a respectiva proposta de elevação a essa categoria, o que viria a acontecer.

De azinhaga a rua: pormenores de um conflito

No início do século, a actual rua Capitão Armando Pinto Correia era um estreito caminho, donde a sua primitiva denominação de azinhaga, cujo alargamento por forma a permitir o trânsito automóvel, começa a ser reivindicado em meados dos anos 20. Contudo, o seu alargamento, não aconteceu sem que surgissem vários problemas, nomeadamente com a igreja. Efectivamente, durante muitos anos, o pároco, com a alegação de que não teria interesse

para a freguesia, mas sim para alguns particulares terá dificultado as obras, não permitindo o alargamento da estrada, atrás da igreja, porque isso reduziria as dimensões do adro nessa zona, facto que parece ter desencadeado algum desentendimento entre os católicos e levado mesmo à elaboração de um abaixo assinado por parte dos opositores às obras de alargamento. Firme na sua decisão e consciente da importância de tal melhoramento, a Câmara adjudica em Dezembro de 1945, a Manuel Marques, da freguesia do Estreito, os trabalhos de alargamento do caminho da azinhaga, que se iniciam no ano seguinte, a partir da outra extremidade, ou seja, onde não existiam problemas com as expropriações dos terrenos necessários. No entanto, na sessão camarária de 30 de Outubro de 1946 a Câmara vê-se confrontada com a necessidade de resolver o diferendo com a igreja, uma vez que as obras de alargamento do caminho estavam quase

concluídas, faltando unicamente a zona em que este confrontava com o adro da igreja paroquial. Por esse facto a Câmara decide entrar em negociações com o então pároco, o Pe. José Porfírio Rodrigues acabando por resultar daí o estabelecimento um contrato entre a igreja e a Câmara Municipal de Câmara de Lobos, que em 13 de Agosto de 1947 é proposto para ratificação no Conselho Municipal, onde supomos que terá sido aprovado. Mediante esse contrato, a igreja cederia o espaço necessário ao alargamento do caminho e, em contrapartida, passaria a ficar detentora, do chamado Passal, terreno ocupado pelo antigo cemitério e que lhe havia sido expropriado, para o efeito em 1871, permanecendo propriedade da Câmara após a sua desactivação, nos anos 20 e onde a 27 de Maio de 1937 havia chegado a implantar um jardim público. Por outro lado, no terreno agora cedido à Igreja, deveria ainda a Câmara

Municipal a proceder à construção de umas arrecadações que substituísem as destruídas em consequência do alargamento em causa.

O Cap. Armando Pinto Correia

Natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos onde nasceu a 3 de Setembro de 1897, na quinta de Santo António, residência de seus pais, Guilherme Pinto Correia e Inácia Augusta de Seixas Alves Correia. Casou a 22 de Janeiro de 1924 com D. Teresa de Sousa Pinto Correia e faleceu em Moçambique, no dia 29 de Janeiro de 1943.

Depois de ter frequentado o liceu do Funchal, onde se matricula em Outubro de 1907 e as faculdades de Ciências de Lisboa e de Coimbra, ingressa em 1917 na Escola de Guerra.

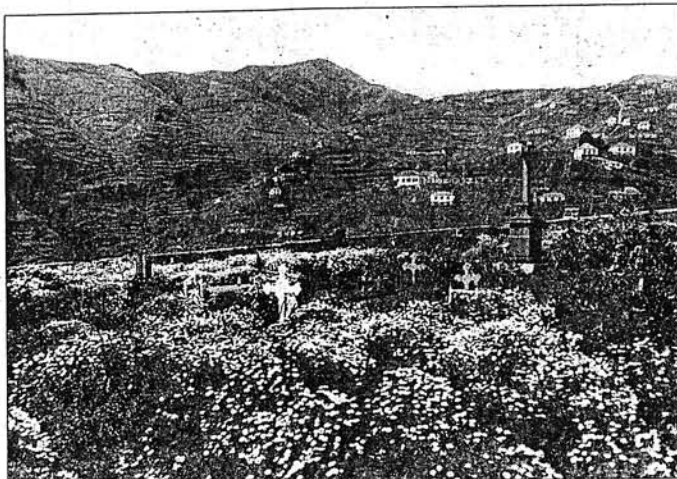
Distinguiu-se como militar, político e escritor. Como militar haverá a destacar o facto de ter sido ajudante de campo do General Gomes da Costa e

do Governador de Timor, Teófilo Duarte e ainda a participação no movimento que colocou Sidónio Pais no Poder e na revolta nacionalista do General Sinel de Cordes, movimento precursor do 28 de Maio de 1926. Tendo atingido, em 1934 a patente de Capitão, abandona a vida militar para ingressar no quadro administrativo, actividade que de resto, desde 1928 já vinha exercendo. Com efeito, em 1928 é empossado no cargo de administrador da circunscrição de Baucau, em Timor; em 1934 ocupa sucessivamente o cargo de chefe da Repartição de Obras Públicas de Timor, o cargo de Administrador de primeira classe de Díli e simultaneamente presidente municipal e logo de seguida é nomeado Inspector Administrativo das Colónias. A 31 de Dezembro de 1934 é nomeado Inspector-Chefe dos Serviços Administrativos de Angola e ocupa, em Agosto de 1936, o mesmo cargo em Moçambique. A 27 de Maio de 1941 o cargo de Governador da Zambésia.

Durante a sua carreira de militar e político foi por várias vezes condecorado.

Como escritor, funda e dirige em Coimbra, em 1914 a Vida Académica. Em 1915 entra para os quadros do Jornal de Coimbra como seu redactor principal. Em 1920 inicia uma sua colaboração no Diário de Notícias do Funchal, donde resulta, a publicação em 1921 do livro Um poeta em frangalhos. Em 1926 funda e dirige a Revolução Nacional. Em 1935 publica o livro Gentio de Timor e depois escreve a obra Timor de lés a lés, que é publicada já postumamente, em 1944. ■

Manuel Pedro Freitas



Antigo Cemitério do Estreito em 1936 — o preço pago pela Câmara à Igreja



Capitão Armando Pinto Correia